

Puxando os cabelos

No fechamento de março, o placar geral dos índices de preço (e indicadores "indexados") informa que a economia brasileira trabalha com meia dúzia de moedas. Nos últimos 12 meses, a coisa está no seguinte pé, pela ordem:

- 1) Inflação plena, 229,7%
- 2) Correção cambial, 219,6%
- 3) Inflação expurgada, 188,9%
- 4) Correção monetária, 185,2%
- 5) INPC integral, 176,1%
- 6) Correção salarial, 153,1%

A diferença significativa entre inflação plena de 229,7% e correção monetária de 185,2% revela que já estamos expurgando e desindexando o organismo econômico infeccionado. O expurgo maior dos valores indexados é o do salário. Na média ponderada da folha de pagamentos das empresas brasileiras, a variação anual equivale a 87% do INPC integral.

Para uma inflação de 229,7%, a massa de salário no conjunto da economia é reajustada de apenas 153,1%.

Na faixa da classe média, a atrofia da renda do salário é ainda maior, a correção salarial, em base anual, situa-se abaixo de 140%. Com duas mutilações complementares:

a) Sobrecarga fiscal dos bens e serviços de consumo corrente, das contribuições do seguro social e do imposto sobre rendimentos.

b) Redução cirúrgica do número de empregos e das receitas aditivas da hora extra, do "bico", dos "Fringe Benefits", das comissões por desempenho e das promoções por mérito.

O efeito líquido do fenômeno invisível: queda de 40% no consumo agregado dessa faixa que vai de 6,1 a 33 salários mínimos mensais. Na estimativa da ordem dos economistas do Estado de São Paulo, os assalariados deixaram de receber Cr\$ 2,8 trilhões no ano passado.

Setor duramente atingido pela mutilação do poder de compra da família brasileira: o mercado imobiliário, vulgo construção civil.

Essa indústria instalou, ontem, em Brasília, seu 40º Encontro Nacional da Construção. Empresários do Brasil inteiro passam a limpo os desvios e os vazios do mercado descarrilhado. Uma feijoada de dar gastrite em

avestruz: do impacto do combustível sobre o tijolo e o cimento ao encalhe da oferta de apartamentos novos, passando pelo "sufoco" financeiro do mutuário, do SFH e pelo colapso econômico das empresas do ramo.

Diagnóstico do setor, produzido pela Fundação João Pinheiro, de Belo Horizonte, por encomenda da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, revela que a construção civil vive o seu pior momento, desde que a telha francesa substituiu o sapé nas taperas do Brasil, ali pelo século XVII.

Feito cego em praça de tiroteio, o BNH tenta amarrar as pontas do sistema, uma bola de muitos lados: 1) Material de construção; 2) Indústria da construção; 3) Ramo da incorporação; 4) Ramo da locação; 5) Ramo da intermediação; 6) Agente Financeiro; 7) Sistema de Poupança; 8) Sistema de empréstimo; 9) Sistema de Repasse; 10) Remuneração do poupador.

Cobrir a cabeça do poupador é descobrir os pés do mutuário. Cobrir também a cabeça do mutuário é descobrir o peito do agente financeiro. E cobrir a cabeça do poupador, do mutuário e do agente financeiro é descobrir as costas dos empreendedores da construção civil — mastro do pano de circo da economia do Brasil.

O elo perdido da corrente estaria no aumento cavalaresco dos custos do metro quadrado?

Nem tanto. A indústria do ramo absorveu boa parte da tensão dos custos na área. Nos últimos 18 meses, por exemplo, o preço do metro quadrado do imóvel, na média das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, subiu de 343%. No mesmo período, o aço alcançou 1.090%, a areia 544%, o cimento 913%, o arame recozido 811%, o saco de cal 609%, a hora do pedreiro, 484%.

A renda familiar do comprador do apartamento deve ter evoluído abaixo de 220%. Ou seja: o imóvel não ficou caro, o comprador é que ficou pobre.

Sintam, pois, o impasse da indústria da construção: o mercado não aguenta pagar um preço reprimido. Até 1982, custos e preços evoluíram no mesmo rumo e no mesmo passo. Desde o ano passado, os custos correram mais que os preços: o valor de mercado não garante a

reposição do metro quadrado. E o pior: com o retorno da pressão "aliviada", em regime de emergência, não mais bancando o financiamento do mesmo metro quadrado de reposição.

Foi dito, ontem, nos corredores da CNI, em Brasília, que o presidente do BNH, o elétrico Nelson da Matta, merece o título de Ministro da Alquimia. Ele terá de submeter ao Conselho Monetário Nacional, que se reúne amanhã (será?), a minuta de um projeto de lei dispondo sobre a revogação da lei de gravidade.

Simples: o programa habitacional, nas áreas do econômico, do financeiro e do industrial, terá de erguer-se do chão puxando os próprios cabelos. Ao que me permito sugerir a mudança do nome do BNH para BNL — Banco Nacional de Levitação.

Na reunião de amanhã, o CMN vai cuidar de outros assuntos pendentes. Por exemplo: o saneamento financeiro dos bancos comerciais controlados pelos governos estaduais.

O ilustre bloco dos bancos do PDS, do PMDB e do PDT estão no traço vermelho, com dívidas acumuladas, em bloco, de Cr\$ 600 bilhões. Um castigo merecido para uma instituição bancária de vocação técnica, desfrutada ostensivamente para uso político, especialmente no exercício de 1982, ano de eleição direta para governador, para prefeito, para deputado, para senador, para colégio eleitoral, o tal.

Amanhã, o CMN vai examinar duas propostas de "saneamento financeiro": a do Banco Central, que é do ramo, e a do Comor — Comitê de Acompanhamento da Execução dos Orçamentos Públicos.

A proposta do BC é festajada por todos os governadores: pagamento das dívidas em quatro anos, com dois de carência, juros de apenas 3% ao ano, mais correção monetária. A do Comor é carrancuda: pagamento em quatro anos, com apenas um de carência, juros de 12% ao ano, mais correção monetária.

A decisão deve sair amanhã — se o CMN confirmar a reunião e, em se reunindo, hospedar na congestionada agenda esse tal de programa de saneamento financeiro dos bancos estaduais.